



Of. Adusp 042/14

São Paulo, 16 de dezembro de 2014.

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Marco Antonio Zago
DD. Reitor da Universidade de São Paulo

Senhor Reitor

Os meios de comunicação eletrônica da USP têm sido utilizados para divulgar matérias e artigos publicados na imprensa que manifestam posições de interesse desta Reitoria e dirigidos a todo corpo da universidade.

Estes meios de comunicação, de uso exclusivo da administração universitária, estão, dessa maneira, cumprindo objetivos políticos que muito extrapolam o que entendemos ser sua finalidade precípua: a divulgação de decisões administrativas e de programas de interesse geral da universidade.

Tal procedimento é incompatível com o exercício republicano e democrático do poder na universidade.

Consideramos essencial que esta prática seja encerrada e que os meios de comunicação eletrônica sob o controle da reitoria, de pró-reitorias, de diretorias de unidade e órgãos e de chefias de departamento sejam usados para fins estritamente administrativos e divulgação de atividades e programas dos diversos setores da instituição USP e jamais como modo

Adusp

privilegiado de acesso ao corpo da universidade para emissão de juízo ou opinião política dos detentores destes cargos.

Ao mesmo tempo, também reivindicamos que, para registrar a cessação do uso político indevido destes recursos eletrônicos, seja divulgado – pelos mesmos meios – o texto anexo, de autoria da Comissão Permanente de Mobilização da Adusp, que contém uma análise do artigo do Prof. J. S. Martins, enviado a todo corpo da USP no dia 3 de dezembro próximo passado e que já havia sido publicado, em 29/11/14, pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Atenciosamente,



Diretoria da Adusp

GAB. REITOR USP 16/DEZ/2014 12:11

Adalci

Considerações sobre a divulgação, pela Reitoria, do artigo “A USP sob ataque”

Todo funcionário, estudante e professor da USP recebeu, no dia 3 de dezembro, pelo e-mail institucional do Gabinete do Reitor, o artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* de 29/11/2014 sob o título “A USP sob ataque”, assinado pelo professor José de Souza Martins. Não é a primeira vez que a Reitoria, com fins de propagandear sua política e contra qualquer tipo de oposição, faz uso do questionável monopólio da informação que lhe permite seu lugar institucional. Está a Reitoria no seu direito?

A própria normativa invocada para justificar o envio do texto, a Resolução 03/2002 da Comissão Central de Informática, estabelece: “A mensagem deve ter interesse institucional e seu conteúdo ser relevante para grande parte do corpo docente e/ou dos funcionários não docentes”. Se é avaliado que o artigo do professor Martins atende a esses critérios, coisa que, para nós, é duvidosa, obedecerá a um princípio de transparência a divulgação, pelos mesmos canais, do presente texto, em atitude de respeito pelo pluralismo democrático que exigimos da Reitoria.

A coluna publicada no *Estadão* pelo professor emérito da FFLCH anuncia, no seu início, que a USP se encontra sob ataque de “vários inimigos, visíveis e invisíveis, externos e internos”. Situação alarmante que deveria dar lugar a uma clara identificação dos inimigos e suas agressões; em vez disso, o autor apresenta uma cadeia de ardis discursivos de propositada opacidade, sobre os quais teremos que nos deter um pouco para uma adequada compreensão.

O primeiro “ataque” mencionado pelo colunista é a divulgação de um *ranking* que situou a USP abaixo de outras universidades latino-americanas. Porém, no parágrafo seguinte, parece mudar completamente de assunto, já que afirma que as agressões “são ataques destrutivos não porque apontem problemas reais, que devem ser apurados e combatidos, e violações dos direitos da pessoa, que devem ser investigados e punidos”. Ora, violações dos direitos da pessoa nada têm a ver com o problema dos *rankings*, e foram apontadas recentemente, por instâncias internas e com grande repercussão pública, em relação à Faculdade de Medicina da USP, dando lugar à abertura de

um inquérito no Ministério Público e a uma CPI na Assembleia Legislativa.

Acaso para o professor Martins a divulgação desses graves fatos e das responsabilidades institucionais a eles relacionadas é um ataque de inimigos da Universidade? Pareceria que sim, porque no mesmo parágrafo “ataques” é retomado como “denúncias”, e a alusão aos acontecimentos da FMUSP e à denúncia de outros casos de violência sexual e racial se faz mais evidente: “São *ataques* destrutivos porque invertem o sinal do que deve ser referência no exame crítico daquilo que uma Universidade é. Falta, aliás, objetividade nas *denúncias*, carregadas de parcialidade. É evidente que a violência contra alunos no *campus* é ocorrência intolerável. Mas...” (destaques nossos). E aí dá, imediatamente, um novo salto para um outro assunto de duvidosa relação com o anterior: “...é intolerável também que violência contra professores, até por parte de alunos, no próprio recinto da sala de aula, nem sequer seja mencionada”. Mencionada onde e por quem? Por aqueles que fizeram as denúncias que o professor considera carentes de objetividade? O que pode ter uma coisa a ver com a outra?

Mistério. Sem esclarecer nada, sem fazer referência a um único texto ou depoimento em que não é “mencionada” a violência contra professores que no novo parágrafo passa a ocupá-lo, Martins, depois de aludir desse modo minimizador aos casos denunciados na Medicina, inicia uma digressão imprecisa sobre professores que não fizeram greve e seriam, presumidamente, objeto de hostilidade. Cita supostos textos de mensagens ameaçadoras, mas elas ficam limitadas a uma retórica de efeito emocional, já que não refere, nem para essas nem para suas outras “denúncias”, um único nome de vítima, nem menciona, sequer de modo genérico, denúncias feitas por supostas vítimas a qualquer órgão da Universidade, nem sequer informação de que alguma queixa exista na Ouvidoria ou na administração de qualquer unidade de ensino e pesquisa. Afirma que “os estudantes entraram na onda [da greve] em nome alheio e não próprio”, mas no único relato pontual que faz (sem dar sequer o nome da vítima, é claro) de uma agressão verbal, o agressor é um indivíduo irado por ter que vir aos sábados repor aula; precisamente, uma ira que dificilmente protagonizaria um estudante que apoiou a greve, já que a plena reposição de aulas foi, e é, uma reivindicação do movimento docente, encampada pelos estudantes organizados.

O professor Martins encerra a série de golpes de efeito para o leitor desavisado com a conclusão de que se trata de um “ataque concertado”: o inimigo “visível e invisível” está organizado e seu alvo são aqueles que “discordaram da greve descabida porque irrealista”. Não é difícil, então, deduzir onde se concentra o “inimigo”, e em havendo dúvidas, o autor especifica: “a minoria de funcionários mais leal ao sindicato do que à Universidade” e uma “minúscula porção de professores”. Por causa deles, “na USP já não são as majorias que decidem” (alguma vez decidiram alguma coisa?), e contra eles é necessário “construir já uma coalização [sic] autodefensiva, que envolva seu público interno, a sociedade e o Estado”.

Assim, uma frase do texto contra “a falsa dialética que constitui o cerne das simplificações do pensamento binário” parece apenas destinada a enfeitar o artigo com o bem ganho capital simbólico do professor Martins como pesquisador nas ciências humanas. Mas a construção polarizada que ele próprio realiza na sua escrita é nítido exemplar desse rejeitado binarismo: todos unidos contra o eixo do mal, junto à “sociedade” e ao “Estado”. Impossível não lembrar velhas retóricas autoritárias: “minorias treinadas, preparadas, determinadas a liquidar as majorias iludindo-as com uma falsa ideologia”, escutava-se na descrição do “inimigo” realizada pela Agência Nacional, em 1975, no vídeo de propaganda ditatorial *Brasil: ontem, hoje e amanhã*, que comemorava 11 anos da união “da sociedade e do Estado” contra a grande ameaça em 1964.

Ora, qual pode ser o propósito de divulgação desse artigo pelo *mail* institucional da Reitoria? A difusão vai acompanhada pela explicação de que o artigo trata “da intolerância interna e da inversão de valores na Universidade”. Chama a atenção que, havendo essa preocupação com a inversão de valores, a Reitoria nada tenha informado, na sua página de notícias e imprensa no site da USP, sobre os fatos denunciados na Faculdade de Medicina, aludidos sem nome (e reduzidos ao plano individual) na coluna do professor Martins. Com efeito, nada há nas mídias da Reitoria sobre as duas audiências públicas em torno desse grave assunto na Assembleia Legislativa. O *mail* institucional da Reitoria também não divulgou textos como o do Programa USP Diversidade, que abordaram o problema com uma qualidade analítica muito superior àquela com a qual José de Souza Martins aborda fatos incertos, nem difundiu a carta pública da Associação de Pós-Graduandos sobre o tema, lida no Conselho Universitário.

Como vimos, a leitura do artigo de José de Souza Martins vai especificando a afirmação inicial de existirem “inimigos invisíveis, internos e externos” em uma retórica de longa tradição autoritária. No impacto disseminado e irregular que ela atingia como coluna de jornal, a imprecisão na construção do inimigo resultava inócua, ainda mais se consideramos que se trata de um relato sobre um âmbito específico, a USP, de desigual interesse para os leitores. Já quando o texto é divulgado dentro da Universidade por uma autoridade, em caráter quase de comunicado oficial, a imprecisão se transforma em ameaça. A Reitoria tem que responder com todas as letras se está afirmando que há inimigos da Universidade agindo dentro dela, e dar explicações sobre o entendimento que dá base à sua distribuição de um artigo com esse grau de obscura agressividade. E todos os membros da comunidade universitária interessados em um funcionamento efetivamente democrático devem cobrar essa satisfação e ficar em alerta sobre a conflitividade que enseja este novo anúncio de uma gestão que já se mostrou claramente partidária do enfrentamento irreduzível, dentro ou fora de qualquer regra ou lei.

Por fim, no que diz respeito às mídias da Universidade — portais, impressos, rádio, correio eletrônico etc.— este acontecimento traz novamente à tona a necessidade de que estejam abertos a todos, através de critérios democráticos a serem regulamentados, que devem contemplar as diferentes correntes de pensamento e as organizações representativas.

São Paulo, 16 de dezembro de 2014.

Comissão Permanente de Mobilização da Adusp